

O CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS GROWTH OF THE BRAZILIAN FAMILY DEBT INDEX

Sandra Chaves Silva Paraíso¹, Ronaldo Augusto da Silva Fernandes²

1 Aluna do Curso de MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria

2 Professor Orientador do Curso de Pós Graduação - MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria

Resumo

O objetivo do presente artigo é trazer a discussão sobre o crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. Para tanto, partimos da análise dos dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) através da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) do mês de setembro de 2019, onde foram ouvidos cerca de 18 mil consumidores em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, além da revisão da literatura pertinente ao tema. A pesquisa mostra que 65,1% das famílias estão endividadas, sendo que o cartão de crédito lidera o tipo de dívida que as famílias mais possuem, com 79,5%. Podemos concluir que o planejamento financeiro não é uma prática recorrente nas famílias brasileiras, além da frequente aquisição de bens desnecessários, o que gera gastos não planejados, oriundos de motivações supérfluas. A Educação Financeira pode contribuir de maneira definitiva para a mudança da tendência apresentada, no entanto, é válido ressaltar que essa deve ser uma responsabilidade compartilhada entre sociedade, governo, instituições de ensino, instituições financeiras, pois as consequências têm reflexo na economia brasileira como um todo.

Palavras-Chave: Endividamento das Famílias; Educação Financeira; Planejamento Financeiro.

Abstract

The purpose of this article is to provide a discussion of the growth of the debt ratio of households in Brazil. To this end, we start from the analysis of the data released by the National Confederation of Trade in Goods, Services and Tourism (CNC), through the Research of public Debt and Debt of a Consumer to (PEIC) in the month of September of 2019 at the latest, where they were heard from, about 18 thousand consumers in the capitals of all the states and the Federal District, in addition to a review of the literature relevant to the topic. The research has shown that 65,1% of the households are in debt, the credit card leads to the kind of debt that households have, with 79.5% of. It may be concluded that financial planning is not a practice that is recurrent in the Brazilian households, in addition to the increased purchasing of the goods you no longer need, which leads to unplanned expenses, arising out of the motivation that was unnecessary. Financial Education can contribute in a definitive way, to change the trend that is displayed, however, it is worth noting that this should be a shared responsibility between society, the government, educational institutions, financial institutions, and because the consequences have an impact on the Brazilian economy as a whole.

Keywords: The debt of Households; Financial Education; Financial Planning.

Contato: sandraf121@hotmail.com

Introdução

Temos acompanhado com preocupação a divulgação de recorrentes pesquisas e reportagens tratando sobre o aumento no número de famílias brasileiras endividadas, que segundo o Banco Central, já atingiu o maior patamar dos últimos 3 anos. Levando em conta o cenário de instabilidade que o país tem passado, com alto índice de desemprego, lenta retomada da economia, incerteza quanto aos rumos do desenvolvimento e baixa projeção para o crescimento do país, tem-se uma ideia de como o endividamento das famílias brasileiras tem atingido tais proporções.

Porém, não são apenas as questões relacionadas aos aspectos de emprego, renda,

estabilidade financeira, classe social, número de integrantes, distribuição de renda, que levam as famílias a se endividarem. Muitas variáveis estão relacionadas, como os hábitos de compra da população, a disseminação do crédito, a propagação de novos meios de pagamento e uma sociedade cada vez mais orientada para o consumo.

Frente a essa realidade, vale enfatizar que o alto percentual de endividamento das famílias traz consequências negativas para a economia, reflete nas condições de vida dos indivíduos e conseqüentemente tem impactos em toda a dinâmica do Sistema Financeira Nacional.

É praticamente unânime a percepção de que falta para a sociedade brasileira uma cultura orientada para a Educação Financeira, sobretudo pela complexidade oriunda das constantes mudanças tecnológicas, regulatórias e principalmente econômicas. A transmissão de conhecimento e atualização sem dúvidas causam impactos positivos e diretos na tomada de decisão da população.

De acordo com o último levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o número de brasileiros desempregados atinge o total de 12,6 milhões de pessoas. A pesquisa ainda traz dados sobre a quantidade de pessoas desalentadas, que são aquelas pessoas que por diversas razões desistiram de procurar emprego. A população nessa situação chegou à marca de 4,8 milhões.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apurou altas consecutivas no nível de endividamento das famílias brasileiras no decorrer de todos os meses de 2019 até então. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), o número de famílias com dívidas alcançou a marca de 65,1%, o maior percentual desde 2013.

Entre os tipos de dívidas, 79,5% das famílias pesquisadas, informaram que o cartão de crédito está em primeiro lugar, seguido de dívidas por carnês, com 15,5% e financiamento de carro em terceiro lugar com 9,7%. Esses dados são vistos com preocupação e alertam para a importância de se falar sobre as causas do endividamento, os hábitos consumistas e materialistas da população e a urgência em se difundir a temática de educação financeira no país.

Tomando como iniciativa a análise dos dados da PEIC, ressalta-se o quão oportuno é tratar sobre o tema em questão e imprescindível para indivíduos, governo, instituições financeiras, escolas, mídia, mercado financeiro e demais órgãos do país trabalharem em ações de fomento e conscientização sobre a melhor utilização dos recursos financeiros. Diante do exposto, o

objetivo do presente trabalho é trazer a discussão sobre o endividamento das famílias, partindo da observação dos dados divulgados pela PEIC, bem como alertar, através da literatura sobre os comportamentos que levam o indivíduo a chegar numa situação de endividamento e até de inadimplência e enfatizar a importância do planejamento financeiro e do fomento à educação financeira.

Referencial Teórico

Santos e Silva (2014) acreditam que o nível de endividamento é impulsionado pelo estímulo ao consumo por parte dos incentivos, tais como facilidade ao crédito. A necessidade de adquirir novos bens de consumo estimula os indivíduos a endividar-se cada vez mais, tornando-se um problema de ordem social, da chamada "sociedade do consumo". A utilização de instrumentos de planejamento financeiro adequados às reais necessidades da família auxilia no estabelecimento de metas de consumo, evitando dessa forma, que as decisões sejam tomadas impulsionadas pelo imediatismo. O apelo ao consumo é a principal causa do endividamento de alguns indivíduos. Ficando evidente a contribuição do uso do cartão de crédito e a inexistência de uma conta reserva, já que a maior parte das famílias não possuem uma reserva para imprevistos ou emergências. Outro ponto de endividamento é uma realidade vivida por algumas famílias brasileiras, principalmente das regiões metropolitanas. Elas buscam um estilo de vida que não se adequa à sua realidade financeira – ganham um salário inferior à sua média de consumo.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva, onde para o levantamento dos dados primários, empregou-se a aplicação de questionários. A pesquisa bibliográfica serviu de fonte para obtenção dos dados secundários. A pesquisa foi realizada com pessoas das regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe, sendo que a escolha do público alvo se deu pelo critério de acessibilidade e conveniência. Foi possível comparar os questionários dos dois grupos, como também fazer um levantamento de dados em artigos,

livros e periódicos. Os dados foram coletados através da aplicação de 130 questionários em Sergipe e 130 na Bahia. A escolha da amostra não qualificou o estudo como quantitativo, dado que não houve escolha ou adoção de um método estatístico, admitiu-se, portanto, uma abordagem qualitativa. Os resultados encontrados foram tabulados no Sphinx, de forma que fossem suficientes para alcançar os objetivos. A pesquisa foi desenvolvida para proporcionar uma visão geral sobre a temática.

Santos e Silva verificaram que o perfil social, econômico, financeiro das famílias investigadas se caracterizam por baixa renda, além disso, na sua maioria, apenas 2 integrantes possuem remuneração. Foi possível concluir que, ao avaliar qual a situação de endividamento das famílias, há uma distribuição equitativa no nível de comprometimento e ao analisar os fatores que mais prejudicam, verificou-se uma alta concentração de gastos no item alimentação. No que diz respeito aos instrumentos de planejamento financeiro disponíveis e quais são utilizados, o caderno de anotações liderou a preferência, seguido pela planilha eletrônica. Em ambos os estados, percentual superior a 20% afirmaram não optar por nenhum método. Ao buscar entender de que forma o planejamento financeiro contribui para a redução do nível de endividamento das famílias da Bahia e Sergipe, pode-se afirmar que a utilização de técnicas de educação financeira poderia cooperar para a redução do referido problema. A ausência do planejamento acarreta um desequilíbrio financeiro e o comprometimento total da renda, ao passo que, quando o consumo tem suas motivações equilibradas, o orçamento acaba enxugado e apresentando resultados mais favoráveis.

Para Leão; et al (2016), a atual sociedade tem sido considerada fruto de um processo histórico de transformação que levou as famílias a abandonarem o processo de produção e do consumo familiar e passando a integrar o lugar do mercado de produção de mercadorias e da oferta de serviços, ampliando

assim, as necessidades básicas das famílias, indo ao encontro do mercantilismo e criando mecanismos para alavancar as engrenagens da sociedade de consumo. A crise econômica afeta em maior grau a população assalariada ou aquelas pessoas que já vivem abaixo da linha da pobreza que se veem compelidas a restringir ainda mais o consumo, buscando adequar o padrão de vida à nova realidade. Apesar da segurança nos empregos, o endividamento também faz parte da realidade do (a) s servidores (a) s público (a) s, assim como das outras categorias profissionais. Reconhece-se que existe um custo para a subsistência dos indivíduos, como aquisição de alimentos, medicamentos, vestuários, moradia, transporte, viagens, ou, até mesmo, despesas inesperadas, gerando, muitas vezes, incompatibilidades entre salário e orçamento doméstico. É natural que a família busque recursos para a garantia da subsistência e dos padrões de vida e umas das maneiras é financiar o orçamento doméstico por meio de produtos ofertados pelas instituições financeiras, como empréstimos consignados e pessoais, margens para saques em cartões de crédito ou cheque especial. O empréstimo consignado é o líder no *ranking* dos motivos que levam as famílias estudadas ao desequilíbrio financeiro, tendo sido utilizado por grande parte como complementação de renda mensal para pagamento de despesas ordinárias.

A metodologia adotada foi uma pesquisa priorizando a categoria dos servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Realizou-se a distribuição de questionários entre 200 servidores, obtendo-se retorno de 189 deles. Desse grupo, 05 servidores foram escolhidos aleatoriamente para submeterem-se a entrevistas com o objetivo de se identificar as causas e consequências do desequilíbrio orçamentário. O questionário inicialmente adotado continha 37 perguntas, elaboradas com o intuito de responder ao problema da pesquisa. A identidade dos servidores foi preservada, no entanto solicitou-se um conjunto de informações que os

caracterizassem. Esta etapa da pesquisa buscou identificar dentre os respondentes, o número de servidores que estavam com o orçamento desequilibrado e ainda dados como sexo, estado civil, nível de escolaridade, cargo na UFRPE. A partir do resultado, aprofundou-se a pesquisa com 05 participantes, onde foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro com 12 perguntas com o propósito de aprofundar as indagações do questionário.

Leão; et al, apontaram que as despesas relacionadas ao cotidiano, somadas às contratações rotineiras de empréstimos consignados, podem contribuir com o desequilíbrio do orçamento familiar e que tal fato repercute no bem-estar psíquico, pessoal e social. Verificou-se que 72 servidores admitiram está com o orçamento desequilibrado e mais de 1/3 reconheceram está com dificuldades de ajustar o orçamento à renda mensal. Conclui-se que o pagamento de empréstimos consignados é fator prevaiente no desequilíbrio orçamentário dos servidores públicos entrevistados. A contratação dessa modalidade de empréstimos é prática recorrente e são contraídos com a finalidade de suprir demandas diárias da família, investimentos, problemas de saúde entre outros motivos. De forma conclusiva, ressalta-se que a utilização dos empréstimos consignados pode ser benéfica, posto que a aquisição de produtos e serviços, além de investimentos realizados, tende a melhorar a vida de muitas famílias. O problema ocorre no consumo excessivo, tendo em vista que geralmente ultrapassa as possibilidades financeiras do indivíduo, podendo acarretar numa situação crônica de endividamento.

De acordo com Malheiros; et al (2016), o aumento do número de desempregados e o custo de vida tornando-se cada vez mais elevado, cresce a preocupação com o grau de endividamento da sociedade. Ao falar-se de endividamento familiar, percebe-se que os fatores que mais influenciam é o desemprego e a má educação financeira. Por meio de um planejamento financeiro e familiar, famílias conseguem obter um Patrimônio Mínimo de

Sobrevivência, que são os recursos necessários para que consigam encarar de uma forma mais equilibrada situações como desemprego ou doenças.

A metodologia do estudo caracterizou-se como exploratório-descritivo. Foi estruturada uma série de questões baseadas nos principais elementos influenciadores do processo de endividamento familiar, com a aplicação de 182 questionários na cidade de Santa Rosa/RS, entre novembro de 2015 a março de 2016. O questionário foi estruturado com questões de múltipla escolha, dividido em duas partes, sendo que a primeira era referente ao perfil dos respondentes, e a segunda correspondia às questões a respeito dos principais elementos influenciadores do processo de endividamento familiar. Utilizou-se análise fatorial e para medir o grau de correlação entre as variáveis foi utilizado um teste de Medida Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), e ainda a estatística de esfericidade de Bartlett para confirmação da adequação da amostra.

Malheiros; et al concluíram que os testes apontaram diferentes valores dos elementos influenciadores ao endividamento por sexo, residência, renda, estado civil, faixa etária e escolaridade. Aponta-se diferenças significativas no perfil amostral e na forma como as famílias são influenciadas quando possuem dívidas a vencer a dívidas vencidas. Por outro lado, no processo de dívidas vencidas, o planejamento e a boa educação financeira têm significativa influência.

Theodoro; et al (2010) acredita que é oportuno se discutir a respeito da Educação-Financeira do cidadão, tendo em vista que o consumismo em excesso está comprometendo a vida financeira de algumas famílias de forma irreversível. Tal discussão, antes pautada somente por iniciativas individuais, se fortalece com a criação, pelo governo federal da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que propõe promover e fomentar a cultura de educação financeiro no país, com inúmeras iniciativas em andamento para contribuir com a difusão de tema e uma delas é a educação financeira nas escolas. Ressalta-

se que não se trata de uma orientação anticonsumista, já que o consumo é importante para o desenvolvimento do país, mas trata-se de disciplina e maturidade para se consumir racionalmente, sem desperdícios e sem pagar juros abusivos, contribuindo com o desenvolvimento sustentável.

A metodologia tratou-se de uma revisão bibliográfica e documental sobre a educação financeira. A pesquisa focou além de autores que tratam da educação financeira e da educação, documentos e legislação do governo federal, como a Lei de Diretrizes Bases para a educação, a LDB e o Código de Defesa do Consumidor, o CDC e ainda artigos, periódicos, jornais e revistas que abordam a temática no Brasil e no exterior.

Theodoro; et al destacaram a importância, complexidade e necessidade deste assunto estar presente em sala de aula, nos diferentes níveis de ensino. A conclusão da pesquisa é que no Brasil já existe a preocupação com o assunto, ainda que modesta. Todavia, mesmo com a evolução nas discussões sobre educação financeira nos últimos anos, observa-se ainda a necessidade de maior comprometimento dos professores, alunos, governo e comunidade neste processo de implementação de uma nova relacionada ao consumo.

Bomilcar (2010) defende que muitos indivíduos contraem dívidas, comprometem uma parcela significativa de suas rendas e muitas vezes tornam -se inadimplentes por causa do consumo excessivo. Desta forma, endividados trabalham para quitar suas dívidas por terem pouca ou nenhuma habilidade de lidar com o dinheiro, por não se preocuparem em fazer um planejamento financeiro ou por motivos implícitos em razões sociais ou psicológicas, por exemplo as mudanças que ocorrem no decorrer da vida, como casamento, nascimentos dos filhos, divórcio, viuvez, dentre outros. Os problemas do endividamento não afetam apenas o indivíduo e sua família, mas também a economia, pois a proliferação dos casos de incapacidade de realização dos compromissos

financeiros afeta os volumes de créditos, o que, por consequência prejudica o crescimento da economia.

A metodologia que utilizada foi pesquisa bibliográfica em livros e revistas da área.

Bomilcar chegou à conclusão que, embora atualmente muito se fale da importância do planejamento financeiro, será através do ensino da educação financeira para as crianças na escola que conseguiremos aos poucos mudar a cultura do consumismo exacerbado, do imediatismo, do trunfo do marketing, onde o ter se tornou mais importante do que o ser. Perdemos dinheiro em operações cotidianas, como por exemplo, no uso do cartão de crédito sem limite, do cheque especial, e mais ainda quando adquirimos um bem sem noções de finanças. Pagamos o equivalente a dois bens, quando poderíamos nos planejar e adquirir o mesmo bem pela metade do preço. O planejamento nos permitirá economizar, poupar e investir, com um objetivo definido, para realização de um sonho. Esse equilíbrio que buscamos com a educação financeira. O equilíbrio do ser, do ter sustentável, do quando ter, do quanto poupar e do que atingir.

De acordo com Bortoluzzi; et al (2015), apesar das taxas de juros no Brasil estarem entre as maiores do mundo, uma parcela significativa dos brasileiros usa regularmente o crédito em suas inúmeras formas, tais como crediário, empréstimos ao consumidor, cartões, cheque especial, linhas de crédito automático, entre outras. Por conseguinte, pode -se observar que se difundiu a ideia de que o acesso ao crédito proporciona uma melhor qualidade de vida. Porém, a busca pela ascensão social por meio de crédito pode provocar justamente o contrário, uma vez que o consumidor pode destinar boa parte de seus recursos para o pagamento de dívidas. A alta disponibilidade de crédito no país altera os hábitos de consumo das classes C, D e E, pois, com a possibilidade de adquirir produtos mais caros com prazos maiores essas classes passaram a comprar itens antes considerados caros ou supérfluos. O crédito permite às

famílias realizarem, principalmente, compras de bens de preços elevados e ir pagando a prazo, assim, elas comprometem uma parte da renda com o pagamento dessa dívida, e este comprometimento é a base que determina muitas das atitudes de uma família, podendo levá-la à inadimplência.

A metodologia adotada foi uma pesquisa descritiva. Quanto a coleta de dados, foram utilizadas informações de fontes secundárias obtidas junto ao site do Banco Central do Brasil, disponibilizadas no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS). Recorreu-se de dados divulgados mensalmente nos sites do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência (PEIC) realizada pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Levando em conta a diversidade de dados utilizados na PEIC, foram coletadas informações com relação ao quantitativo de endividados encontrados no período de 2011 a 2014. No site do Banco Central, buscaram dados sobre o volume de recursos disponibilizados por meio das linhas de crédito utilizadas pelos consumidores e o endividamento das famílias brasileiras com o sistema Financeiro nacional (SFN). Do site do SPC Brasil extraíram dados com a finalidade de identificar o perfil característico dos consumidores endividados adimplentes e inadimplentes.

Bortoluzzi; et al concluíram que o crédito pode ser atrelado a um instrumento econômico expansionista, sendo capaz de ampliar o poder de compra das famílias, até mesmo das classes mais baixas. No entanto, a forma como essa ferramenta se estabeleceu na sociedade provocou um aumento no índice do endividamento. Como solução indicam-se as medidas governamentais e um melhor planejamento orçamentário dos indivíduos, assim como a educação financeira. Assim, a redução do índice de endividamento deve ser trada como prioridade pelos órgãos públicos e sociedade. É de vital importância que os indivíduos realizem o planejamento

orçamentário e adquiram uma educação financeira, tendo em vista que a facilidade ao crédito associado ao consumismo instiga muitos a passarem por situações de endividamento e de inadimplência. Baseando-se nos reflexos que isso pode trazer às organizações, cabe a elas analisarem, por meio de critérios mais rigorosos, se os cidadãos possuem condições de honrar com os compromissos financeiros antes da liberação de crédito, a fim de amenizar problemas futuros com os possíveis casos de inadimplência no país.

Lopes (2015) reforça que o saldo das operações de crédito vem crescendo a uma velocidade superior a massa de salário das famílias, ocasionando o aumento do endividamento, mas não implica necessariamente em risco de inadimplência. A melhora das condições de financiamento pode fazer com que um mesmo nível de endividamento possa estar comprometendo uma parcela menor da renda das famílias. No entanto, a crescente disponibilização do crédito implica maior monitoramento dos níveis de endividamento e seus condicionantes pelas instituições financeiras, pois a partir de determinado estágio, é possível que as famílias não consigam arcar com as obrigações (sobretudo endividamento), resultando na inadimplência e conseqüentemente cortes das linhas de crédito, dívidas com juros altos e multas associadas. Considera-se que a sociedade vive em um ambiente imediatista onde o prazer do consumo e melhora das condições de vida são razões de viver, a procura pela felicidade supera a responsabilidade.

Como metodologia, optou pela utilização da modelagem VAR – Vetores Autorregressivos – uma vez que esse tipo de análise permite que se examinem as relações lineares entre as séries macroeconômicas com seus valores defasados no tempo, tratando todas como endógenas no modelo, de forma simultânea. Com as funções Impulso-Resposta e a decomposição da Variância que são obtidas por meio do VAR é possível verificar se um choque (ou inovação) em uma variável afeta

não somente essa variável, mas também o efeito que é transmitido para todas as outras por meio da estrutura dinâmica da modelagem, assim como a variação nas séries em componentes de choques. Essa metodologia dos modelos Autorregressivos visa identificar o impacto dinâmico das perturbações aleatórias sobre o sistema de equações. Também se utilizou o teste de Co integração de Johansen, objetivando identificar a existência de relação de longo prazo entre as séries, além do Modelo de Correção de erros - VEC - que corrige o comportamento de curto prazo com seu valor de longo prazo. E por fim, foi testado por meio do teste de Granger se o endividamento das famílias possuía alguma relação causal em relação ao índice de inadimplência.

Lopes concluiu que os principais resultados obtidos no VAR para o modelo do endividamento das famílias indicarem relação significativa somente com seus dados defasados e com a série do prazo médio das operações de crédito, sendo que nessa última variável o impacto é positivo, indicando que elevações nessa variável faz com que as famílias diluam as prestações, aumentando o montante financeiro (endividamento). Nesse modelo, o índice de inadimplência não possui relação estatisticamente significativa no endividamento. A análise dos resultados obtidos no modelo do índice de inadimplência para o VAR, mostrou uma relação negativa com a taxa de desemprego e com o prazo médio das operações de crédito. Outro ponto a ressaltar se deve ao fato de o endividamento das famílias não possuir efeitos estatisticamente significantes na inadimplência.

Para Copetti (2018), a cultura consumista propagada pela sociedade, tem levado diariamente os consumidores a comprar itens muitas vezes desnecessários, atraídos pelo parcelamento das compras e facilidade de acesso ao crédito. Não percebem, contudo, que ao acumularem prestações e dívidas estão comprometendo os seus rendimentos até o momento em que começa a inadimplência. Infelizmente, as pessoas têm associado

felicidade e *status* sociais ao fato de adquirirem bens ou serviços, levando-as a um círculo vicioso. Compram não porque precisam, mas por satisfação pessoal, por reconhecimento social, porque está na moda ou porque todos têm aquele determinado produto. A falta de dinheiro deveria ser um limitador, entretanto ela é suprida pela oferta de crédito, como empréstimo consignado, cheque especial, cartão de crédito, empréstimo pessoal. Em determinado momento, o sonho do consumo vira um pesadelo e a pessoa vira um escravo de suas próprias dívidas. Esse cenário permite elencar algumas hipóteses, como: a) a falta de Educação Financeira pode levar o indivíduo a contrair dívidas além de sua real capacidade de pagamento, gerando endividamento; b) a facilidade de acesso ao crédito tem levado as pessoas com menor poder aquisitivo a contrair dívidas que extrapolam a sua capacidade de pagamento; e c) o planejamento financeiro é a melhor forma para evitar o endividamento.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de cunho bibliográfico, documental, descritivo exploratório e de estudo de caso. Para tanto, buscou-se conhecer o grau de endividamento de um grupo de 15 famílias de alunos do curso de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e analisar os resultados à luz da teoria. O estudo procurou compreender o comportamento e a gestão financeira do conjunto de famílias com relação às possibilidades de consumo e crédito facilitado, confrontando a literatura com os motivos que levaram ao endividamento dos acadêmicos e seus familiares, relatados mediante o instrumento de pesquisa.

Copetti concluiu através da pesquisa diferentes percepções quanto à questão do endividamento. Inquiridos sobre a possibilidade de planejarem seus gastos ou de comprarem, todos foram unânimes em afirmar que planejam despesas com aquisição de bens duráveis enquanto a compra de itens pessoais e de alimentos é feita por impulso. Todos foram unânimes que a falta de planejamento e

de controle é o principal motivo para uma família se endividar. Vale ressaltar que os entrevistados eram pessoas esclarecidas e conscientes da importância de um planejamento e controle das contas e dos perigos do uso excessivo e irresponsável do cartão de crédito. A Educação Financeira é lembrada por alguns participantes como uma importante ferramenta para ajudar na conscientização e, conseqüentemente, para ter uma vida financeira tranquila.

Conforme Souza (2018) as atitudes dos indivíduos também estão restritas à disponibilidade de crédito. Se há mais recursos à mão, é evidente que as famílias aumentam seus empréstimos para alcançar uma alternativa de consumo que lhes seja mais desejável. O processo descontrolado de liberalização financeira dos últimos anos transformou essa possibilidade em uma realidade. Desse modo, há justificativa racional tanto para a elevação do nível de endividamento das famílias quanto para a motivação econômica por trás dessas ações. Menores restrições à liquidez levaram a um aumento da quantidade de crédito disponível. Se a disponibilidade de recursos era um dos fatores limitantes da maximização do bem-estar das famílias, agora é natural que elas contraiam mais dívidas obtendo uma cesta de consumo que vai lhes garantir o máximo de utilidade.

A metodologia propôs um exercício de decomposição dos componentes que regem a dinâmica metodológica do endividamento das famílias. Com dados dos anos entre 2007 e 2017, replicou-se para as famílias brasileiras, o ferramental técnico que analisa a evolução da dinâmica do endividamento das famílias dos Estados Unidos. De maneira resumida, decompõe-se o crescimento do endividamento das famílias em dois vetores: i) o déficit primário das famílias e ii) as Variáveis Fischer (taxa de juros efetiva, crescimento real da renda e inflação).

Souza concluiu que houve uma profunda alteração do mercado de crédito no Brasil. Em quinze anos, o volume de crédito em

proporção ao PIB saiu de aproximadamente 25% para atingir patamar próximo aos 50%. Para além do aumento do crédito, houve mudanças institucionais importantes, como a lei que permitiu o uso do crédito consignado e a nova lei das falências, que possibilitaram a expansão da carteira. Observou-se, no Brasil um processo denso de inclusão financeira. Os instrumentos de pagamento viram um incremento significativo do uso de cartões, tanto de crédito, quanto de débito, que se tornaram os principais meios de pagamento. Esses dois processos demonstraram a modernização do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e indicam rumos que ele deve seguir no futuro: mais informatizado, mais veloz e mais seguro. Os resultados revelaram que durante os últimos dez anos, o aumento do endividamento das famílias brasileiras se deu porque as taxas de juros efetivas se mostraram mais elevadas do que a diferença entre a taxa de crescimento da renda real e a inflação. Mesmo calhando em contínuos e crescentes superávits as famílias viram incrementos em seu nível de alavancagem através do efeito proporcionado pelas Variáveis Fischer. Descarta-se, portanto, a hipótese de que o recente aumento do endividamento das famílias brasileiras tenha se dado como consequência de seu comportamento irresponsável para com os compromissos assumidos anteriormente. Muito pelo contrário, desde 2011 observa-se esforço das famílias para reduzir sua alavancagem. A renegociação e reestruturação das dívidas é uma alternativa plausível para reduzir a pressão sobre a alavancagem das famílias. A difusão desses mecanismos tem contribuído para reduzir, na margem, os níveis de inadimplência das pessoas físicas e pode, também, facilitar a redução de sua alavancagem.

Para Ferrari; et al (2017), ao buscar maior conhecimento sobre como os indivíduos se adaptam e organiza a sua vida financeira, observa-se e a dificuldade que há em manter os gastos e os ganhos pessoais, ou do grupo familiar, alinhados para que não haja um prejuízo financeiro ao término do mês. Ao

gastarmos nossas rendas nem sempre são analisadas as finalidades de cada compra, pois além de buscar a satisfação das necessidades básicas, somos movidos pelo impulso e desejo de alcançar padrões sociais preestabelecidos. Dentro de um grupo familiar administrar os recursos é de extrema importância para que se construa uma base de quanto, como e por que gastá-los. As fragilidades econômicas têm afetado os mais diferentes níveis da sociedade, portanto, torna-se oportuna a necessidade de planejar e organizar os gastos criando reservas para enfrentar os possíveis imprevistos e deixar o grupo familiar em uma situação econômica favorável em períodos de crise. A administração dos recursos disponíveis de uma família confrontados com todos os seus gastos possibilita a conscientização dos hábitos de acordo com as necessidades e desejos do grupo. A etapa estratégica de organizar o orçamento doméstico proporciona a oportunidade de gerar acumulações de bens e valores, que formarão um patrimônio estável, o qual transmitirá segurança diante acontecimentos do dia a dia. Ao encontrar uma estabilidade, a família agirá com mais tranquilidade e coerência diante das decisões financeiras que se fizerem necessárias. O círculo vicioso do uso de créditos fáceis, como empréstimos consignados, cheques especiais e cartões de crédito causam situações difíceis de serem resolvidas e que ocasionam nomes negativados e dívidas intermináveis. Entretanto, o endividamento familiar não depende, necessariamente, da renda do grupo familiar, mas sim como uma questão de planejamento e organização dos recursos.

A metodologia se deu a partir de uma pesquisa *Survey*, descritiva, sendo os dados coletados por meio de questionário aplicado a uma população de 400 colaboradores de uma empresa de móveis para escritório do norte do Rio Grande do Sul, incluindo todos os níveis hierárquicos, tendo por amostra estratificada 108 colaboradores a partir do critério de acessibilidade, considerando um nível de confiança de 90% e um erro amostral de 7%.

Ferrari; et al concluíram que, análises preliminares indicam que o hábito de reservar parte dos recursos é predominante em respondentes com idade até 38 anos. Em relação ao nível de educação financeira, há determinantes que indicam que os maiores níveis de escolaridade contribuem para uma maior frequência de planejamento, controle e reserva de gastos. Situações de inadimplência ou momentos de falta de dinheiro já ocorreram em todas as faixas etárias e de renda, entre os participantes a falta de recursos se deu em maior índice no grupo que possui as melhores remunerações, pode-se inferir que mesmo havendo um planejamento, as atitudes comportamentais podem se sobrepor ao que foi previamente planejado. Identificou-se que a participação em palestras ou cursos sobre orçamento familiar ocasiona o aumento do número de pessoas que mantêm o hábito de reservar recursos. Características pessoais ou familiares, como nível de ensino e renda, são fatores que podem determinar atitudes e prioridades na tomada de decisões financeiras. Pode-se afirmar que há uma preocupação em controlar e acompanhar as movimentações financeiras pessoais, porém não há o conhecimento necessário para esta atividade. Há uma necessidade de maiores ações para construir uma educação financeira mais equilibrada em todas as classes sociais e faixas etárias. É necessário intensificar a divulgação de informações sobre o assunto para amenizar problemas futuros por uma não adequada administração dos próprios recursos.

De acordo com Costa; Vieira; De Sá Neto (2018) o governo brasileiro nos últimos anos ofereceu constantes incentivos fiscais, com o intuito de minimizar o efeito da crise, o que fez com que o povo gastasse mais, movimentando, assim, a economia. No entanto, este consumo crescente fez com que a população se endividasse cada vez mais, chegando em alguns casos, a uma situação crítica de ficar sem dinheiro para cumprir os seus compromissos. Os fatores que influenciam diretamente o endividamento tem sido tema principal dos estudos na área de finanças, considerando que a relação desejo e

necessidade de consumo, endividamento e inadimplência tornam-se de interesse para as empresas, pois afetam o ciclo financeiro e operacional desta, fazendo com que novas estratégias sejam traçadas, realizando reajustes nos processos operacionais. No Brasil cresce de maneira acelerada o processo de inclusão dos jovens acadêmicos no mercado de consumo. Este sistema foi desenvolvido por meio da implantação de serviços e produtos que são direcionados para determinado nicho social. Além do aspecto econômico, há outros fatores comportamentais que influenciam diretamente na obtenção de dívidas, como as variáveis sociais e psicológicas. Logo, as consequências de decisões equivocadas financeiramente podem desorganizar financeiramente tanto a vida pessoal, como comprometer sua carreira profissional.

A metodologia utilizada foi um estudo de caso, com procedimento descritivo, classificada como dedutiva e abordagem qualitativa. Os dados foram coletados através de um questionário estruturado formulado com perguntas pertinentes à proposta de estudo, e foram aplicados aos alunos de duas instituições, sendo uma pública e a outra privada ambas da cidade de Cajazeiras no Estado da Paraíba, entre os meses de março e abril do ano de 2016, e atualizados no mês de maio de 2017.

Costa; Vieira; De Sá Neto concluíram que o endividamento está relacionado a diversos fatores, tais como o acesso facilitado ao crédito, maior influência das promoções para aquisição de produtos e serviços não essenciais e à falta de planejamento financeiro pessoal, que leva ao desequilíbrio entre receitas e despesas, numa clara falta de gestão das finanças pessoais. Percebeu-se que nesta pesquisa que a maioria dos estudantes possui dívidas e que a origem é diversificada, onde se destacam a saúde, alimentação, vestuários entre outros. A maioria assinalou que o cartão de crédito é grande vilão devido às grandes taxas de juros praticados, sem contar que os estudantes entrevistados, preferem comprar a prazo, acumulando cada vez mais, além de

admitirem que estão em dificuldades financeiras, onde a renda não é suficiente para pagamento de todos os compromissos assumidos. Ressalta-se ainda que a maioria dos participantes não reconhecem seus gastos, favor este que influencia diretamente nos níveis de endividamento.

Metodologia

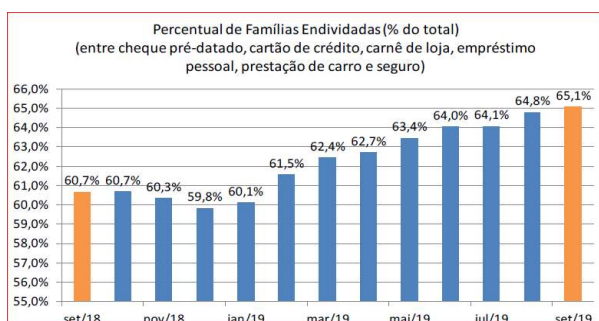
O presente artigo adotou uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos e bibliográfica e documental quanto aos procedimentos.

Quanto à forma de coleta dos dados, foram empregadas informações de fontes secundárias adquiridas junto ao site da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) através da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). A CNC é uma entidade sindical de um dos principais setores da economia do país, representante de cerca de 5 milhões de empresas do comércio de bens, serviços e turismo. Coordena o Sistema Confederativo de Representação Sindical do Comércio (Sicomércio), que reúne 34 federações patronais, as quais agrupam mais de mil sindicatos das categorias econômicas do comércio em todo o Brasil. A PEIC é apurada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010, onde os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores. Para o presente artigo serviu de base a pesquisa do mês de setembro de 2019. Os principais indicadores da PEIC são: percentual de famílias endividadas, percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso, percentual que não terá condições de pagar dívidas, nível de endividamento, principais tipos de dívidas, tempo de atraso no pagamento e tempo de comprometimento com dívidas.

Análise dos Resultados

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) divulgada em setembro de 2019 revelou a nona alta consecutiva deste ano, sendo o terceiro maior resultado da série histórica.

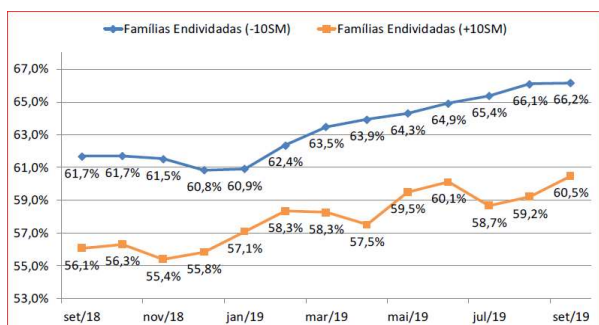
Gráfico 1 – Percentual de Famílias Endividadas



Fonte: CNC/PEIC (2019)

Seguindo uma tendência dos demais meses do ano, o total de famílias endividadas subiu em relação ao mês anterior e atingiu a marca de 65,1%. O percentual teve alta também se comparado ao mesmo mês do ano anterior. Esse é o maior percentual apurado desde julho de 2013.

Gráfico 2 – Famílias Endividadas por Faixa de Renda



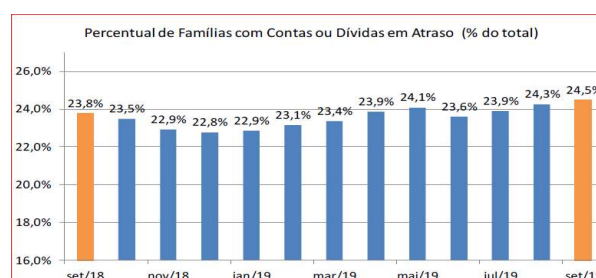
Fonte: CNC/PEIC (2019)

O gráfico acima mostra a oscilação do percentual de famílias endividadas de acordo com a faixa de renda. Para as famílias com renda abaixo de 10 salários mínimos, 66,2% estão endividadas, representando uma alta em relação ao mês anterior, quando o percentual era de 66,1% e alta também se comparado a setembro do ano anterior, quando o percentual era de 61,7%. Percebe-se aumentos consecutivos desde o início do ano.

Para as famílias com renda acima de 10 salários mínimos o percentual subiu de 59,2%

para 60,5%, se comparado ao mês anterior. Também apresentou alta em relação ao mesmo mês do ano anterior, quando o percentual era de 56,1%. Se observarmos a série desde o início do ano, o percentual apresentou momentos de queda.

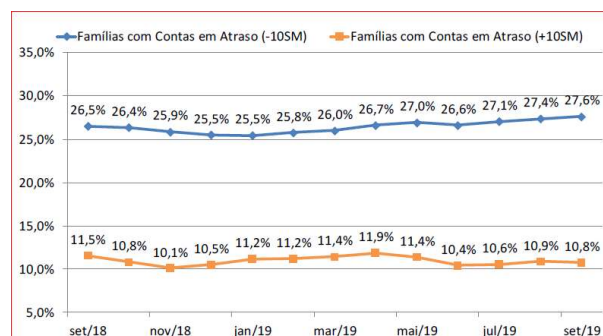
Gráfico 3 – Famílias com Contas em Atraso



Fonte: CNC/PEIC (2019)

Do total de famílias que declarou está endividada, 24,5% admitiu que possui dívidas ou contas atrasadas, o que significa uma alta se comparado ao mês anterior, onde o percentual era de 24,3%. Alta também na comparação a setembro de 2018, onde o índice apurado era de 23,8%.

Gráfico 4 – Famílias com Contas em Atraso – Por Faixa de Renda

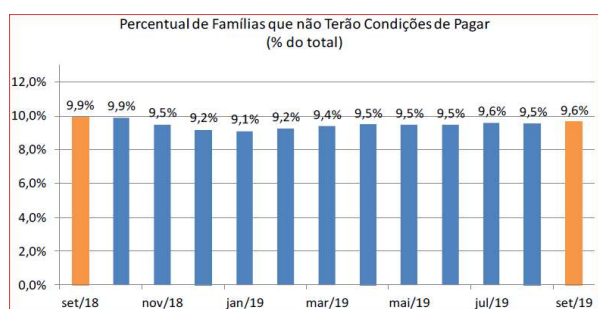


Fonte: CNC/PEIC (2019)

O gráfico acima compara o percentual de famílias com contas em atraso entre os grupos de renda, evidenciando tendências diferentes. No grupo com renda inferior a 10 salários mínimos o percentual aumentou de 27,4% em agosto para 27,6% em setembro, com alta também na comparação com o ano anterior. Já para as famílias que estão no grupo com faixa de renda superior a 10 salários mínimos, o

percentual foi de 10,8%, sendo inferior ao apurado em agosto, que era de 10,9% e apresentando queda também se comparado ao mesmo período do ano anterior, quando o percentual era de 11,5%.

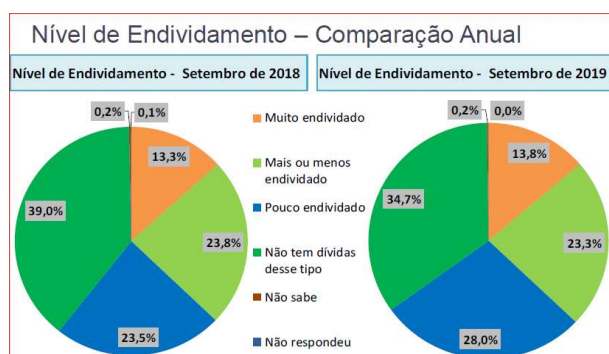
Gráfico 5 – Famílias que não Terão Condições de Pagar



Fonte: CNC/PEIC (2019)

Do total de famílias inadimplidas com contas em atraso, 9,6% declararam que não terão condições de pagar as dívidas. Se comparado a setembro do ano anterior o percentual teve queda. Porém é maior quando comparado a agosto deste ano quando o percentual era de 9,5%.

Gráfico 6 – Nível de Endividamento



Fonte: CNC/PEIC (2019)

O gráfico acima mostra o nível de endividamento comparando com o ano anterior. Em setembro do ano anterior o percentual de famílias que declarou está muito endividado era de 13,3% e subiu para 13,8%. A parcela que se considera mais ou menos inadimplida passou de 23,8% para 23,3% e as que

se consideram pouco inadimplida teve alta passando de 23,5% para 28,0%.

Gráfico 7 – Tipo de Dívida

Tipo	Setembro de 2019		
	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	79,5%	80,0%	77,7%
Cheque Especial	6,7%	6,1%	9,4%
Cheque Pré-Datado	1,1%	0,9%	1,7%
Crédito Consignado	6,0%	5,3%	8,8%
Crédito Pessoal	8,4%	8,2%	9,5%
Carnês	15,5%	16,4%	10,6%
Financiamento de Carro	9,7%	8,1%	17,7%
Financiamento de Casa	8,8%	6,9%	17,4%
Outras dívidas	2,1%	2,3%	0,8%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,0%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,0%

Fonte: CNC/PEIC (2019)

O cartão de crédito foi apontado pelas famílias pesquisadas como o principal tipo de dívida (79,5%), seguido de carnês (15,5%) e em terceiro lugar o financiamento de carro (9,7%). Para as famílias com renda de até 10 salários mínimos o cartão de crédito lidera, representando 80,0% das dívidas, carnês aparece em segundo, com 16,4% e em terceiro está o crédito pessoal com 8,2%. Já para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, apesar do cartão de crédito também assumir o primeiro lugar com 77,7%, o segundo e terceiro lugar ficou com financiamento de carro e financiamento de casa, com 17,7% e 17,4%, respectivamente.

Gráfico 8 – Tempo com Pagamentos em Atraso

Categoria	Setembro de 2019		
	Total	Renda Familiar Mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Até 30 dias	26,2%	24,2%	36,8%
De 30 a 90 dias	24,3%	24,4%	23,2%
Acima de 90 dias	47,5%	49,2%	39,0%
Não Sabe / Não Respondeu	2,0%	2,3%	1,0%
Tempo médio em dias	62,5	64,0	55,1

Fonte: CNC/PEIC (2019)

Para as famílias que estão com dívidas atrasadas, o tempo médio de atraso foi de 62,5 dias. O gráfico mostra que a maior

concentração do percentual é na opção acima de 90 dias. Para as famílias na faixa de renda abaixo de 10 salários mínimos, 49,2% estão nessa situação e para as de renda superior 39,0% também possuem dívidas com mais de 90 dias de atraso.

Gráfico 9 – Tempo de Comprometimento com Dívida

Tempo de Comprometimento com Dívida (entre os endividados)			
Setembro de 2019			
Categoria	Total	Renda Familiar Mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Até 3 meses	25,5%	25,6%	25,8%
Entre 3 e 6 meses	22,1%	22,8%	19,0%
Entre 6 meses e 1 ano	16,8%	17,0%	15,1%
Por mais de um ano	30,8%	29,3%	38,2%
Não Sabe / Não Respondeu	4,8%	5,3%	1,9%
Tempo médio em meses	6,9	6,8	7,3

Fonte: CNC/PEIC (2019)

Quanto ao tempo de comprometimento com dívidas, a média é 6,9 meses, sendo que 25,5% estão comprometidas com dívidas até 3 meses, 22,1% entre 3 e 6 meses, 16,8% entre 6 meses e 1 ano e 30,8% estão comprometidas por mais de 1 ano.

Gráfico 10 – Parcela da Renda Comprometida com Dívida

Parcela da Renda Comprometida com Dívida (entre os endividados)			
(Cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro)			
Setembro de 2019			
Faixa	Total	Renda Familiar Mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Menos de 10%	22,9%	21,3%	29,6%
De 11% a 50%	50,4%	49,9%	53,1%
Superior a 50%	20,9%	22,5%	13,5%
Não Sabe / Não Respondeu	5,9%	6,3%	3,8%
Parcela Média	29,8%	30,5%	26,9%

Fonte: CNC/PEIC (2019)

Em relação ao valor comprometido, o percentual também teve aumento e atingiu a média de 29,8%. 50,4% das famílias endividadas declararam ter de 11% a 50% da renda comprometida e 20,9% estão comprometidas com percentual superior a 50% da renda. Importante observar que entre as famílias com renda inferior a 10 salários

mínimos a parcela média comprometida (30,5%) é maior do que para as famílias que ganham mais de 10 salários mínimos (26,9%).

Discussão

Leão; et al (2016), reconhecem que existe um custo para a subsistência dos indivíduos, como aquisição de alimentos, medicamentos, vestuários, moradia, transporte, viagens, ou, até mesmo, despesas inesperadas, gerando, muitas vezes, incompatibilidades entre salário e orçamento doméstico. É natural que a família busque recursos para a garantia da subsistência e dos padrões de vida e umas das maneiras é financiar o orçamento doméstico por meio de produtos ofertados pelas instituições financeiras, como empréstimos consignados e pessoais, margens para saques em cartões de crédito ou cheque especial. Malheiros; et al (2016), citam que o aumento do número de desempregados e o custo de vida tornando-se cada vez mais elevado, cresce a preocupação com o grau de endividamento da sociedade. Ao falar-se de endividamento familiar, percebe-se que os fatores que mais influenciam é o desemprego e a má educação financeira. Já Para Copetti (2018), a cultura consumista propagada pela sociedade, tem levado diariamente os consumidores a comprar itens muitas vezes desnecessários, atraídos pelo parcelamento das compras e facilidade de acesso ao crédito. Esse cenário permite elencar algumas hipóteses, como: a) a falta de Educação Financeira pode levar o indivíduo a contrair dívidas além de sua real capacidade de pagamento, gerando endividamento; b) a facilidade de acesso ao crédito tem levado as pessoas com menor poder aquisitivo a contrair dívidas que extrapolam a sua capacidade de pagamento; e c) o planejamento financeiro é a melhor forma para evitar o endividamento.

Conclusão

Levando em conta os dados apresentados, conclui-se que o endividamento tem de fato se tornado uma problemática para as famílias brasileiras, não sendo relacionado a um determinado perfil de família. A expansão do crédito permitiu a aquisição de bens antes considerados não acessíveis, assim como a contratação de serviços antes não utilizados pelas classes mais baixas, impulsionando os setores de serviços e turismo, mas por outro lado fomentou o consumismo desenfreado. O percentual de famílias endividadas que

admitiram possuir dívidas no cartão de crédito é considerado alto e dá uma dimensão da situação. Outra consideração importante é referente ao percentual da renda das famílias que já se encontra comprometido e o tempo de comprometimento dessa renda com dívidas já contraídas.

Esse ano, o índice de endividamento das famílias brasileiras teve nove altas consecutivas, isso evidencia como as famílias não estão preparadas para enfrentar situações de crise e desemprego. Diante disso, a conscientização sobre o consumo consciente e o hábito de se planejar financeiramente não é uma prática difundida entre a população brasileira.

O índice de endividamento de setembro deste ano foi o maior apurado desde 2013, isso implica observar como o Brasil ainda tem um longo caminho a ser percorrido quando o assunto é Educação Financeira da população.

Vale ressaltar que a responsabilidade passa a ser de todos: família, governo, instituições de ensino, mídia e mercado financeiro. O planejamento contribui não só para o equilíbrio das finanças das famílias, mas reflete em toda a cadeia econômica.

A partir das informações apresentadas neste trabalho, pode-se enfatizar a importância do planejamento financeiro quanto ao uso do dinheiro, a prudência quanto aos gastos desnecessários e a disseminação da busca por educação financeira em todos os níveis da sociedade brasileira.

Referências:

BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. Revista Perspectiva. Rio Grande do Sul, v. 39, n. 146, p. 111-123, 2015.

COPETTI, Daiane Maria Sassi. O endividamento das famílias brasileiras: comportamentos, desafios e possibilidades de uma gestão financeira equilibrada. 2018.

COSTA, Theógenes Bruno Gomes; VIEIRA, Allan Sarmento; DE SÁ NETO, José Abrantes. Análise comparativa de endividamento financeiro: um estudo de caso entre instituições pública e privada na cidade de cajazeiras-pb. Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2018.

DA COSTA MALHEIROS, Marco Antônio et al. Identificação do processo de endividamento familiar em Santa Rosa-RS. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 2, p. 217-245, 2016.

DE ANDRADE BOMILCAR, Inaê. O equilíbrio através da educação financeira. 2010. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.

FERRARI, Angélica et al. EDUCAÇÃO FINANCEIRA FAMILIAR: UMA CONTRIBUIÇÃO QUANTO ÀS PERCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO, RESERVA E FALTA DE DINHEIRO.

<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/08/30/desemprego-pnad-continua-ibge.htm>

<https://www.valor.com.br/imprimir/noticia/6377203/brasil/6377203/endividamento-das-familias-e-o-maior-em-3-anos>

<http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-1>

LEÃO, Ana Paula Camboim; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 27, n. 2, p. 152-174, 2016.

LOPES, Geovane de Oliveira. Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos. 2012.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. Revista Formadores, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SILVA, Sabrina Espinele da; FERREIRA, Bruno Pérez. Relações entre o Índice de Basiléia e o Nível de Endividamento das Famílias Brasileiras. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 11, n. 2, 2016.

THEODORO, Flavio Roberto Faciolla; GINDRO, Wagner; JUNIOR, Alfredo Colenci. A Educação Econômico-Financeira como Tema Transversal nos Cursos de Tecnologia. In: Anais do Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa. CSP. São Paulo-SP. 2010.